

****15a. Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre
Mudança do Clima
Intervenção do Senhor Presidente da República
Copenhague, 17 de dezembro de 2009**

**Uma primeira palavra de
agradecimento ao Governo da
Dinamarca pela amistosa
acolhida que nos dispensa
nesta reunião.**

A mudança do clima é dos problemas mais graves que enfrenta a humanidade.

Controlar o aquecimento global é fundamental para proteger o meio ambiente, permitir o crescimento econômico e superar a inaceitável exclusão social.

O Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD alertou, em 2007, que a mudança do clima poderia estar gerando o maior retrocesso da história. Não podemos permitir que isto ocorra.

O controle do aquecimento global depende de um esforço coletivo.

Temos que implementar urgente e plenamente os compromissos da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Os efeitos da mudança do clima já se fazem sentir, sobretudo entre os mais pobres. Precisamos de ações concretas e justas, amparadas em meios financeiros e tecnológicos expressivos.

Elas devem refletir a participação de cada país, ao longo dos últimos séculos, no aumento da temperatura. É fundamental respeitar o princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas.

Um aumento máximo da temperatura média global de dois graus centígrados é referência importante para nosso esforço coletivo de mitigação. Essa meta deve ser periodicamente atualizada, de modo a acompanhar o avanço do conhecimento científico.

A ambição de reduzir, em 50%, as emissões globais de gases de efeito estufa em 2050, em comparação com o ano de 1990, ajudará a assegurar esse objetivo. Mas esta ambição será vazia e sem sentido, se não houver compromissos claros de curto e médio prazos.

Aqui em Copenhague não há lugar para conformismo.

Os países desenvolvidos devem assumir metas ambiciosas de redução de emissões, à altura de suas responsabilidades históricas e do desafio que enfrentamos.

Segundo o IPCC a redução deveria ser de 25 a 40%, até 2020, em comparação com 1990. Se quisermos ser realmente ambiciosos, devemos almejar o patamar de 40%.

Quero falar com toda clareza. Esta Conferência não é um jogo onde se possa esconder cartas na manga. Se ficarmos à espera do lance de nossos parceiros, podemos descobrir que é tarde demais. Todos seremos perdedores.

Meus amigos,

A preservação do Protocolo de Quioto é absolutamente necessária para que o regime internacional mantenha seu rigor. Ele não pode ser substituído por instrumento menos exigente.

Os países desenvolvidos devem tomá-lo como referência para a definição de metas de cortes profundos. Essa é a essência do conceito de comparabilidade do Plano de Ação de Bali.

Os países em desenvolvimento devem dar sua contribuição ao esforço global de mitigação. Muitos estão aprofundando suas ações, mesmo na ausência dos recursos internacionais.

O Brasil dispõe de uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo. Oitenta e cinco por cento de nossa energia elétrica é de origem hídrica. Quarenta e sete por cento do total de nossa energia é renovável. Fomos pioneiros na produção e uso generalizado de biocombustíveis.

A Amazônia é um grande patrimônio dos povos que a habitam. Daí, o nosso compromisso de reduzir seu desmatamento em 80% até 2020.

O Congresso Brasileiro aprovou Projeto de Lei, de iniciativa do executivo, que contém um conjunto de ações envolvendo combate ao desmatamento, agricultura, energia e siderurgia.

Essas medidas deverão reduzir o crescimento das emissões brasileiras de gases de efeito estufa entre 36,1% e 38,9%, até 2020. Esse esforço nos custará 160 bilhões de dólares. Ou seja, 16 bilhões de dólares por ano de 2010 até 2020.

Mas essa não é uma proposta para barganhar. É compromisso que assumimos com a Nação brasileira e com o mundo.

Outros países em desenvolvimento também apresentaram propostas expressivas. Mas tal ambição só poderá se concretizar plenamente se os fluxos internacionais de apoio tecnológico e financeiro deixarem de ser - como são hoje - tímida promessa ou talvez uma miragem.

O combate à mudança do ²¹clima não pode fundamentar-se na perpetuação da pobreza.

A mitigação é essencial.

Mas a adaptação é um desafio prioritário para países em desenvolvimento, sobretudo para as pequenas ilhas e países sujeitos à desertificação, especialmente na África.

É inaceitável que os países menos responsáveis pela mudança do clima sejam suas primeiras e principais vítimas.

A Convenção estabeleceu a obrigação dos países desenvolvidos de oferecer apoio financeiro e tecnológico para os países em desenvolvimento.

**Será muito difícil
aprofundar as iniciativas de
mitigação ou reforçar a
capacidade de adaptação,
sobretudo dos mais pobres e
vulneráveis, sem que os
fluxos financeiros tenham
forte componente de
financiamento público.**

**Mecanismos de mercado
podem ser úteis, mas nunca
terão a magnitude ou a
previsibilidade necessárias
para a transformação que
queremos.**

O Brasil participa desta Conferência com a determinação de obter resultados ambiciosos. Mas essa ambição tem de ser compartilhada por todos.

As fragilidades de uns não podem servir de pretexto para recuos ou vacilações de outros. Não é politicamente racional, nem moralmente justificável, colocar interesses corporativos e setoriais acima do bem comum da humanidade.

A hora de agir é esta. O veredito da história não poupará os que faltarem a suas responsabilidades.